



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

7151

Presidente da Mesa Diretora: Sebastião Ildeu Maia

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Pendentes, rejeitados, sobrestados, prejudicados, retirados de pauta

Autoria: Ruy Adriano Borges Muniz

Data: 21/03/2006

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI S/Nº/2006. (REJEITADO). Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros a celebrar convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT, para a criação do "Programa Remédio em Casa".

Controle Interno – Caixa: 27.4 **Posição:** 52 **Número de folhas:** 04

Esécie: PL
Categoria: Pendentes
Cv: 27.4
Ordem: 52
nº fls: 02



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº ____/2006

AUTOR:

Ver. Ruy Adriando Borges Muniz

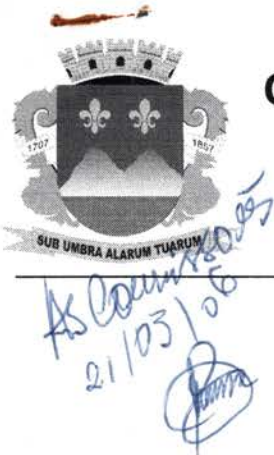
ASSUNTO:

Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros Celebrar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT para Criação do Programa Remédio em Casa.

MOVIMENTO

Entrada em - 21/03/2006

- 1 - Comissão Legislação e Justiça
- 2 - *REPROVADO EM 1ª EM. 20-06-2006*
- 3 - *REJEITADO EM 2ª EM. 22-06-2006*
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Gabinete do Vereador Ruy Muniz

PROJETO DE LEI _____/2006

Autoriza a Prefeitura Municipal de Montes Claros celebrar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – EBCT para criação do Programa Remédio em Casa

O povo do Município de Montes Claros (MG) por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e o Prefeito Municipal, em seu nome, sanciona a seguinte Lei:

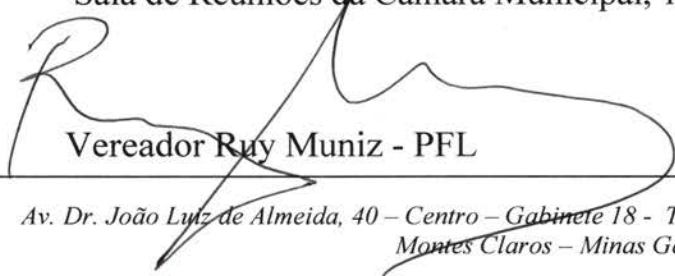
Art. 1º. Fica autorizado o executivo Municipal de Montes Claros, a celebrar um convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECBT para enviar medicamentos para os domicílios dos pacientes atendidos pela rede municipal de saúde.

Artº 2- O Programa Remédio em Casa dará prioridade para pessoas portadoras de necessidades especiais, de baixa renda ou usuários de medicamento de uso contínuo.

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias após sua publicação.

Art. 4º - Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Reuniões da Câmara Municipal, 16 de março de 2006.


Vereador Ruy Muniz - PFL

Av. Dr. João Luiz de Almeida, 40 – Centro – Gabinete 18 - Tel. (38) 3690-5419 – CEP 39400-466 –
Montes Claros – Minas Gerais

PROTOCOLO	
<input type="checkbox"/> EXP.	<input checked="" type="checkbox"/> RECEB.
16/03/2006	
HORA: 16:20	
ASS: 	

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 À COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
 E JUSTIÇA
 EM 02 DE MAIO DE 2006

 PRESIDENTE

É legal e constitucional.
 Egrevalent - 14.06.06
 A. Silva 14.06.06

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
 EM 20 DE JUNHO DE 2006

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 REJEITADO EM 2ª DISCUSSÃO POR
 EM 22 DE JUNHO DE 2006

 PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº _____/2006 que “Autoriza o Poder Executivo a celebrar Convênio com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos –EBCT para criação do Programa Remédio em Casa.”, de autoria do Vereador Ruy Muniz.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto, apesar de abordar questão de competência do Executivo Municipal, já que trata de matéria orçamentária e a criação de programa, não impõe ao Executivo nenhuma obrigação, mas apenas o autoriza a fazê-lo, portanto, não invade a competência prevista em Lei.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 22 de março de 2006.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605